



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 1.637-A, DE 2025

(Do Sr. Luiz Gastão)

Institui o Dia Nacional do Caju; tendo parecer da Comissão de Cultura, pela aprovação (relatora: DEP. LUIZIANNE LINS).

DESPACHO:
ÀS COMISSÕES DE
CULTURA E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:
Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Cultura:
- Parecer da relatora
- Parecer da Comissão



PROJETO DE LEI Nº , DE 2025
(Do Sr. LUIZ GASTÃO)

Institui o Dia Nacional do Caju.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Caju, a ser comemorado, anualmente, dia 1º de setembro, em todo o território nacional.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O caju, fruto nativo do Brasil, possui uma relevância ímpar no contexto socioeconômico e cultural do País. A instituição do Dia Nacional do Caju, a ser comemorado em 1º de setembro, não apenas reconhece a importância dessa fruta, mas também valoriza as comunidades que dela dependem e as tradições a ela associadas.

De acordo com a Embrapa, do cajueiro aproveita-se praticamente tudo. O principal produto é a amêndoa da castanha-de-caju, localizada no interior da castanha, de onde também é extraída a película que reveste a amêndoa, rica em tanino e utilizada na indústria química de tintas e vernizes. Da casca da castanha, extrai-se o líquido da casca de castanha-de-caju, usado na indústria química e de lubrificantes, curtidores, aditivos, entre outros, sendo o resíduo da casca utilizado como fonte de energia nas indústrias, por meio de sua queima em fornalhas.

Já o pedúnculo do caju (pseudofruto) é processado por indústrias ou minifábricas para a obtenção do suco ou da polpa congelada, a



ser utilizada na fabricação de sucos, cajuínas e outras bebidas. O pedúnculo também pode ser aproveitado para a fabricação de diversos produtos (principalmente doces) e na alimentação animal, além de o caju inteiro ser comercializado in natura em feiras e supermercados. Outras partes da planta também são utilizadas, pois os restolhos dos galhos podados, as cascas das árvores e as folhas, por serem fontes de tanino e goma, são aproveitadas na indústria química e na geração de energia (queima).

Em regiões semiáridas, a cajucultura é uma atividade agrícola de significativa relevância, constituindo fonte vital de renda para milhares de famílias. A cultura do cajueiro é explorada por aproximadamente 195 mil produtores, sendo que cerca de 75% deles são pequenos produtores, com áreas inferiores a 20 hectares. Na cadeia produtiva do caju, estima-se a geração anual de cerca de 250 mil empregos diretos e indiretos, cuja importância é ainda maior devido à época de maior demanda de mão de obra (colheita) coincidir com a entressafra das culturas anuais de subsistência.

Na região produtora de caju no Nordeste brasileiro, encontram-se grandes fábricas e dezenas de minifábricas processadoras, cuja capacidade atual de beneficiamento gira em torno de 300 mil toneladas de castanhas. Destacam-se também as fábricas e minifábricas processadoras de suco, e as minifábricas de cajuína e doces.

A produção de caju é concentrada principalmente nos Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte, que juntos representam cerca de 90% da produção nacional de castanha de caju, produto que integra, com destaque, a pauta exportadora desses Estados.

O caju está profundamente enraizado na cultura brasileira, especialmente no Nordeste. É utilizado na preparação de diversos pratos típicos, como doces, sucos e a cajuína, uma bebida não alcoólica e clarificada, considerada Patrimônio Cultural do Estado do Piauí e símbolo cultural de Teresina. Além disso, o caju é um símbolo da identidade regional e está presente em diversas manifestações culturais, como festas populares e artesanatos.



Embora a produção comercial do caju esteja concentrada na região Nordeste, sua relevância cultural e econômica se estende a outras regiões do país, como no Centro-Oeste, onde comunidades desenvolveram tradições próprias relacionadas à fruta. A Festa do Caju, por exemplo, é uma tradicional comemoração que mistura Carnaval e Festa Junina, realizada no distrito de Voadeira, em Barra do Garças, no Estado do Mato Grosso. Durante o evento, são produzidos e vendidos diferentes produtos à base de caju, desenvolvidos pelos moradores, contribuindo para a movimentação da economia local e resgatando a cultura de uma comunidade tradicional.

A instituição do Dia Nacional do Caju em 1º de setembro é uma forma de reconhecer e valorizar a importância dessa fruta para o Brasil. Essa data coincide com a inauguração do Museu do Caju, único no mundo, localizado no Ceará, Estado que é o maior produtor do País.

A criação dessa data comemorativa proporcionará uma oportunidade anual para refletir sobre a importância da cajucultura, promover eventos culturais e gastronômicos, incentivar o turismo e fortalecer a identidade regional. Além disso, servirá como um estímulo para políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável dessa cadeia produtiva, beneficiando milhares de famílias que dependem da atividade.

Portanto, a instituição do Dia Nacional do Caju em 1º de setembro é uma iniciativa que reconhece a relevância socioeconômica, cultural e culinária do caju no Brasil, contribuindo para a valorização de uma parte significativa do patrimônio nacional e para o desenvolvimento das comunidades envolvidas na cajucultura.

Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputado LUIZ GASTÃO

2025-1423



COMISSÃO DE CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 1.637, DE 2025

Institui o Dia Nacional do Caju.

Autor: Deputado LUIZ GASTÃO

Relatora: Deputada LUIZIANNE LINS

I - RELATÓRIO

O projeto de Lei em exame institui o Dia Nacional do Caju, a ser celebrado em 1º de setembro de cada ano.

A matéria encontra-se distribuída às Comissões de Cultura (CCult); para exame conclusivo de mérito nos termos do art. 24, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD); e à Comissão de Constituição, de Justiça e de Cidadania, para exame da constitucionalidade e juridicidade da matéria (art. 54, RICD). O regime de tramitação é o ordinário.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório

II - VOTO DA RELATORA

O caju é fruta nativa do Brasil. Seu nome tem origem na língua indígena tupi-guarani. Nesse idioma, era chamado de “acayu”, que significa “noz que se produz”. Segundo a organização Cerratinga, “o verdadeiro fruto da espécie é a parte conhecida como a castanha-do-caju, e o que é considerado popularmente como fruto é na verdade uma haste carnosa, o pseudofruto, rico



em vitamina C, cálcio, fósforo e ferro. Dentre os benefícios para a saúde, a haste carnosa é indicada para o combate do reumatismo e eczemas de pele”¹.

Conforme a Embrapa, “a importância social do caju no Brasil traduz-se pelo número de empregos diretos que gera, sendo 35 mil no campo e 15 mil na indústria, além de 250 mil empregos indiretos nos dois segmentos. Para o semiárido nordestino a importância é ainda maior, porque os empregos do campo são gerados na entressafra das culturas tradicionais como milho, feijão e algodão, reduzindo, assim o êxodo rural.”²

No entanto, artigo publicado no periódico Políticas Culturais Revistas³, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), levanta a questão sobre as perdas no campo sofridas pela cajucultura, oriundas da padronização dos hábitos alimentares e sobre a necessidade de ações fortalecimento e valorização da cultura regional para que o caju e seus insumos voltem a ocupar seu espaço na cultura alimentar nordestina.

O caju também é fruto com forte identidade regional para vários estados da Região Nordeste. Na roda de conversa “Cajuístas: somos caju em terra de cajueiro?”, promovida pela Fundação Cultural Cidade de Aracaju (Funcaju), os participantes defenderam que o caju “representa muito mais do que uma fruta típica; ele é um elo entre a nossa história, a economia e as manifestações culturais”. Por isso está relacionado à ideia de pertencimento que constitui identidade cultural. Outro participante assim se expressou: “O caju, assim como o patrimônio cultural, carrega memórias e simbolismos que ajudam a construir a nossa narrativa coletiva. Preservar essa identidade significa reconhecer o valor do que é genuinamente aracajuano e fortalecê-lo para as futuras gerações.”

A Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, ao fixar os critérios para instituição de datas comemorativas, prevê que a alta significação deve ser dada por meio de consultas e audiências públicas devidamente documentadas e realizadas com organizações e associações legalmente reconhecidas e

¹ Disponível em: <https://www.cerratinga.org.br/especies/caju/> Acesso em 30/07/2025.

² Disponível em: <https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/cultivos/caju> Acesso em 30/07/2025.

³ Disponível em: file:///C:/Users/p_6729/Downloads/52720-Texto%20do%20Artigo-233180-2-10-20240229.pdf Acesso em 30/07/2025.



vinculadas ao tema relacionado. Não há referência na Justificação sobre a realização de audiência pública. Ressalte-se, portanto, que a realização da audiência/consulta pública é requisito necessário para a aprovação da lei e, em algum momento antes da sanção, deve ser cumprido.

A data escolhida, 1º de setembro, refere-se ao dia em que foi criado o Museu do Caju, em 2007, no Município de Caucaia, Estado do Ceará, conforme a Justificação e nota⁴ da Universidade Federal do Ceará (UFC), no sítio eletrônico do Museu de Arte da UFC. A instituição cultural em Caucaia atua na difusão do caju como instrumento sociocultural do Estado. Funciona em uma chácara cercada de cajueiros e propicia aos seus visitantes informações sobre a história do caju e sua utilização na culinária cearense. Além disso, “dispõe de um rico acervo composto por fotos, livros, pinturas, esculturas, peças artesanais e produtos derivados do caju (como mel, licor e cachaça, entre outros itens). O restaurante do Museu possui um cardápio à base de caju bastante variado. As máquinas de moer de uma antiga engenhoca produzem a cajuína e o mocoororó, bebida tipicamente indígena”⁵.

De fato, o Ceará se destaca como o epicentro dessa celebração. É no solo cearense que o cajueiro floresce com uma força singular. Não à toa, o estado carrega a responsabilidade de ser o maior produtor e exportador de castanha de caju do país, movimentando a economia e garantindo o sustento de inúmeras famílias. A cultura cearense é um eco da vitalidade do caju, presente na mesa, no artesanato e nas tradições que fazem do fruto um elo entre a terra e o povo. O Museu do Caju em Caucaia, que deu nome à data, não é apenas um lugar, mas um testemunho vivo de como essa fruta se entranhou na história, na culinária e na alma de sua gente.

A instituição do Dia Nacional do Caju é iniciativa meritória e oportuna para celebrar fruto com forte identidade regional e promover as relações socioeconômicas e culturais desenvolvidas a partir do seu aproveitamento.

⁴ Disponível em: <https://mauc.ufc.br/pt/fica-a-dica/equipamentos/2020-04-municipio-de-caucaia-dispoe-de-um-museu-que-faz-do-caju-sua-fonte-de-inspiracao-para-a-realizacao-de-sua-missao-institucional/>
Acesso em 30 Jul 2025.

⁵ Idem.



Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.637, de 2025, de autoria do Deputado Luiz Gastão.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputada LUIZIANNE LINS
Relatora





Câmara dos Deputados

COMISSÃO DE CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 1.637, DE 2025

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Cultura, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.637/2025, nos termos do Parecer da Relatora, Deputada Luizianne Lins.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Denise Pessôa - Presidente, Tarcísio Motta - Vice-Presidente, Alfredinho, Delegado Paulo Bilynskyj, Douglas Viegas, Erika Kokay, Luizianne Lins, Raimundo Santos, Jack Rocha, Juliana Cardoso, Lenir de Assis, Lídice da Mata e Pastor Henrique Vieira.

Sala da Comissão, em 10 de dezembro de 2025.

Deputada DENISE PESSÔA
Presidente



FIM DO DOCUMENTO